

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSOES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXX**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXXXXXXX **representado por sua genitora Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº XXXXXXXX e CPF nºXXXXXXXXXX, ambos residentes e domiciliados na XXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX e XXXXXX (Fulano de tal recado), para recado, vem por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, à presença de Vossa Excelência, requerer a expedição de:

ALVARA JUDICIAL

pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

Preliminarmente, a Requerente informa que é pensionista por morte, **sua renda é de aproximadamente R\$ XXXXXX**, justificando seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, **nos termos do art. 98, do CPC**, eis que não pode arcar com o pagamento das custas e honorários sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

DOS FATOS

A autora é genitora e curadora do Fulano de tal, conforme termo de curatela anexa.

Ocorre que o curatelado e a curadora são herdeiros de

um imóvel doado pelo Governo do Distrito Federal, situado na XXXXXXXX, pendente de regulamentação.

Referido imóvel foi devidamente partilhado por meio de processo de inventario nº XXXXX que tramitou regulamente na ° Vara de Família de órfão de Sucessões de XXXXXXXX, onde ficou firmado em sentença o percentual de 75%(setenta e cinco por cento) para a Autora e 25% (vinte e cinco por cento) para o herdeiro Fulano de tal representado por sua genitora.

A Autora recebeu o comunicado da CODABH via carta registrada, para levar um mandado de autorização para receber a doação em nome do incapaz; todavia, ao **se dirigir ao Cartório foi informada que o termo de Curatela usado para representar o incapaz estava pendente de informações sobre a possibilidade de receber doação.**

Ainda, e conforme documento manuscrito pelo Cartório, este exigiu que fosse obtido Alvará Judicial para que a Curadora pudesse assinar a escritura do imóvel em nome do filho, no que tange ao percentual que lhe cabe.

Insta salientar que o termo de compromisso de curatela é genérico somente para a curadora cuidar de assuntos administrativos, não possuindo poderes descriminados no termo para fazer a aquisição em nome do interditado.

Assim, sendo necessária as especificações no termo de curatela para ver satisfeito os requisitos do cartório para realizar a transferência do imóvel (escritura pública).

Não restando outro meio a não ser buscar a tutela judicial para que a requerente possa exercer seus direitos em nome do interditado.

DOS PEDIDOS

1. Ante o exposto, requerem-se

a) Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

b) a intervenção do órgão do Ministério Público;

c) seja ao final julgado procedente o pedido, expedindo-se **ALVARÁ JUDICIAL**, permitindo que a requerente possa representar e praticar todos os atos junto aos Cartórios de Notas e de Registro Público, **em nome do interditado**, para aceitar a doação da parte que cabe ao Incapaz referente ao imóvel **situado na XXXXXXXXXXXX a ser escriturado.**

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pela prova documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXX

Nesses termos, Pede deferimento.

XXXXXXXXXX, XX/XX/XX XX:XX:XX

Fulano de tal
Requerente

Fulano de tal
Defensor Público

Fulano de tal
Colaboradora

Fulano de tal
Colaboradora